



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO III DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 16/2022 – MINUTA DE CONTRATO

(Processo Administrativo n. 0004234-45.2021.4.01.8012)

CONTRATO N. ____/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA, E A EMPRESA _____ PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO SETOR DE TRANSPORTE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da **SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, registrada no CNPJ/MF sob o n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, 2203 – Baixa da União, Porto Velho – RO, representada pela Diretora da Secretaria Administrativa, Senhora ALINE FREITAS DA SILVA, de acordo com a representação outorgada pela Portaria SJRO-Diref 10470754.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. _____, sediada na _____, representada pelo _____, Senhor _____, portador da Cédula de Identidade n. _____ e inscrito no CPF/MF sob o n. _____, conforme outorgado pelo contrato social, id. _____, p. ____.

Nesta data, as partes acima qualificadas, celebram o presente contrato, decorrente do Processo Administrativo Eletrônico n. 0004234-45.2021.4.01.8012, com fundamento na Lei n. 10.520/2002; Decreto n. 10.024/2019; Lei n. 8.666/1993; Pregão Eletrônico n. ____/2022; e demais normas atinentes à matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este contrato tem como objeto o fornecimento de **VEÍCULOS AUTOMOTORES, com dação de veículos usados como parte de pagamento**, para suprir as necessidades do setor de transporte da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia.

§ 1º O detalhamento do objeto desta contratação encontra-se disposto no Termo de Referência SJRO-Sevit 16669120, que figura como anexo deste instrumento.

§ 2º A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO do veículo ofertado.

§ 3º Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

§ 4º A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA se compromete a atender as regras estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência, assim como declara que foram atendidas as regras pré-contratuais da contratação.

§ 5º Como parte do pagamento dos veículos novos serão usados veículos pertencentes à atual frota de veículos da JFRO, os quais tiveram a sua avaliação por meio de valores registrados na tabela FIPE (agosto/2022) com deságio de 25%, chegando-se assim aos seguintes valores para dação como parte de pagamento:

VEÍCULOS USADOS				VALOR R\$	VEÍCULOS NOVOS
Marca	Modelo	Ano	Placa	Dação em Pagamento	Item da Licitação
Nissan	Frontier SE/SE Strike/ONE CD 4x4 2.8 Dies.	2006	JJE-0187	46.896,75	Item 01 - Camionete pick-up, cabine dupla
Renault	Master 2.3 dCi STD Médio 16L Diesel	2015	NDD-1855	84.844,50	
Toyota	Corolla XLi 1.8/1.8 Flex 16v mec.	2008	NDW-5791	26.277,00	Item 02 - Automóvel sedan

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação para a prestação dos serviços objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE ENTREGA

O prazo de vigência do contrato será de 40 (quarenta) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Parágrafo único. Os veículos deverão ser entregues no endereço indicado no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos**, contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de R\$ _____ (_____), conforme proposta da CONTRATADA, id. _____, e demonstrativo abaixo.

PLANILHA DE PREÇOS			
ITEM	VEÍCULO ADQUIRIDO	QTDE	VALOR R\$

01	Pick-up, cabine dupla, tração 4x4, motor à diesel, potência mínima de 160cv, com ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, itens de segurança condizentes com as normas de trânsito em vigor e demais especificações no item 2.1 do Termo de Referência.	01	
VALOR TOTAL DOS VEÍCULOS NOVOS (VN) (R\$)			
VEÍCULOS EM DAÇÃO DE PAGAMENTO		QTDE	VALOR R\$
Nissan Frontier SE/SE Strike/ONE CD 4x4 2.8 Diesel, ano modelo 2006, placa JJE-0187 (Valor mínimo R\$ 46.896,75)		01	
Renault Master 2.3 dCi STD Médio 16L Diesel, ano modelo 2015, placa NDD-1855 (Valor mínimo R\$ 84.844,50)		01	
VALOR TOTAL PARA OS VEÍCULOS USADOS (VU) (R\$)			
VALOR FINAL (VF): DIFERENÇA EM RECURSOS FINANCEIROS FÓRMULA: VF = VN - VU (R\$)			

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL - ITEM 02			
ITEM	VEÍCULO ADQUIRIDO	QTDE	VALOR R\$
02	Automóvel Sedan, capacidade de até 5 (cinco) ocupantes, motor com potência mínima de 80 cv e máxima de 130 cv (flex), com ar condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas, itens de segurança condizentes com as normas de trânsito em vigor e demais especificações no item 2.1 do Termo de Referência.	01	
VALOR TOTAL DO VEÍCULO NOVO (VN) (R\$)			
VEÍCULO EM DAÇÃO DE PAGAMENTO		QTDE	VALOR R\$
Toyota Corolla XLi 1.8/1.8 Flex 16V Mec., ano modelo 2008, placa NDW-5791 (Valor mínimo R\$26.277,00)		01	
VALOR TOTAL PARA OS VEÍCULOS USADOS (VU) (R\$)			
VALOR FINAL (VF): DIFERENÇA EM RECURSOS FINANCEIROS FÓRMULA: VF = VN - VU (R\$)			

§ 1º No valor supramencionado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, adesivo de identificação, sinalizadores e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§ 2º Todos os custos referentes ao emplacamento, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e demais taxas de transferência correrão por conta da empresa vencedora da licitação, inclusive quanto aos veículos usados como dação em pagamento.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da Programa de Trabalho Resumido: _____; Natureza de Despesa: _____ – Serviço de Pessoa Jurídica, conforme Nota de Empenho n. _____, de ____/____/2022, id. _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A CONTRATADA deverá atender às exigências abaixo estabelecidas:

- a. ofertar veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DOS VEÍCULOS

Os veículos deverão ter um prazo de garantia mínima de 03 (três) anos, ou 100.000 km, prevalecendo o que vencer primeiro, contados a partir da data do recebimento definitivo dos veículos, abrangendo garantia técnica dos itens constantes do manual de garantia para manutenções preventivas durante o referido prazo.

§ 1º Correrá por conta da CONTRATADA todas as despesas de mão-de-obra referente as manutenções periódicas constantes do Manual do Proprietário durante o prazo de garantia do veículo.

§ 2º O fabricante, por meio de suas concessionárias, legalmente estabelecidos, deverá possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia ou não) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção, na cidade de Porto Velho/RO.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

Quanto aos pagamentos, deverão ser observadas as seguintes condições:

§ 1º O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo gestor do contrato.

§ 2º O recebimento e a aceitação do veículo será atestado pelo gestor do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

§ 3º A regularidade fiscal da CONTRATADA poderá ser certificada mediante consulta ao Sicafe.

§ 4º No corpo da Nota Fiscal ou Danfe (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição dos serviços, com sua quantidade, valor unitário e total;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do banco e número da agência e da conta-corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

§ 5º Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

§ 6º Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer

obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

§ 7º No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

§ 8º A contratante poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela contratada, nos termos deste instrumento.

§ 9º Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

§ 10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Considerando que se trata de fornecimento imediato do objeto, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pela SEVIT/RO, ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, permitida a assistência de terceiros.

§ 1º O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

§ 2º Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos bens recebidos com os requisitos do edital.

§ 3º O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

§ 4º O exercício da fiscalização, pela CONTRATANTE, não excluirá, nem reduzirá a total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA ou sua competência pelos serviços contratados inclusive perante terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, obriga-se a CONTRATANTE a:

- a. Enviar o contrato à CONTRATADA, por meio eletrônico, para assinatura digital do representante designado, dentro do prazo e condições estipulados neste instrumento;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do veículo entregue por meio do servidor responsável pela CONTRATANTE;
- c. Entregar os veículos usados livres e desembaraçados, inclusive de índole civil, excetuando-se o ônus da transferência de titularidade, responsabilizando-se por eventuais multas até a data do recebimento definitivo do veículo novo;
- d. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa emitido pelo gestor do contrato, do qual deverá consignar a razão da recusa do veículo;
- e. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do serviço por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- f. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- g. Solicitar os serviços de garantia do veículo e na ocorrência de falhas/danos não decorrentes de culpa da CONTRATANTE, conforme prazo e condições estipulados neste instrumento;
- h. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- i. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- j. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos ao recebimento e execução do serviço, em especial na aplicação de sanções, alterações e outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, obriga-se a CONTRATADA a:

- a. Assinar o contrato no prazo e condições estipulados neste instrumento mediante solicitação do gestor do contrato;
- b. Entregar os veículos no prazo e condições estipulados neste instrumento, acompanhados da nota fiscal e demais documentos obrigatórios;
- c. Substituir os veículos recusados no prazo e condições estipulados neste instrumento;
- d. Prestar os serviços de garantia dos veículos, por meio da matriz, filiais, subcontratadas ou concessionárias autorizadas, durante a vigência estipulada neste instrumento;
- e. Comunicar ao gestor do contrato qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- g. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do veículo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- h. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- i. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

O veículo será recebido:

§ 1º Provisoriamente, no ato da entrega pela CONTRATADA, juntamente com a nota fiscal e demais documentos exigidos neste instrumento (Especificação Mínima do objeto, item II - Da Documentação), para posterior verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta da CONTRATADA. Também deverá ser entregue todos os acessórios instalados, documentos, manuais e os adesivos, conforme Anexo I do Termo de Referência.

§ 2º Definitivamente, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação.

§ 3º Na hipótese da verificação a que se refere o § 2º desta cláusula, não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

§ 4º Caso, após os procedimentos realizados na etapa de recebimento definitivo, os veículos sejam considerados defeituosos ou em desacordo com as especificações, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos para substituir qualquer peça/material ou ainda o veículo, se for caso.

§ 5º O gestor do contrato poderá realizar diligências que julgar necessárias caso haja qualquer dúvida sobre a procedência e qualidade do bem recebido.

§ 6º Recebido definitivamente o objeto, o supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte encaminhará o “Certificado de Registro do Veículo - CRV” ao Diretor do Foro para assinatura da “Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo – ATPV” e providenciará sua entrega à contratada.

§ 7º A contratada deverá realizar a transferência de propriedade do veículo usado, às suas expensas, no prazo máximo de 30 dias corridos contados da data da assinatura da “Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo – ATPV” pelo Diretor do Foro.

§ 8º O aceite/aprovação dos veículos pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, artigos 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49, o contratado em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.
- e. não manter, no momento da lavratura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Recusa em aceitar o contrato é a recusa de assinar o contrato ou não realizá-la no prazo estipulado.

Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser contratado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

§ 2º Atraso na entrega do veículo, bem como na substituição do veículo quando recusado. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

§ 3º Atraso na execução dos procedimentos dos serviços da garantia do veículo. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

§ 4º Atraso na execução da contratação relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor do contrato, por ocorrência, por descumprimento.

§ 5º Inexecução total do contrato pela não entrega do veículo, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

§ 6º Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

§ 7º A não manutenção, no momento da assinatura do contrato, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

§ 8º Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal ou total do contrato, conforme o caso, por ocorrência.

§ 9º As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

§ 10. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

§ 11. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

§ 12. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela contratada, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

§ 13. A contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

§ 14. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

§ 15. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, resguardando-se à CONTRATANTE, o direito de promover contratações para a conclusão do fornecimento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

§ 1º Constituem motivos para a rescisão, além de todos aqueles elencados no artigo 78 da Lei n. 8.666/93, os seguintes:

- a. o atraso injustificado ou a paralisação total do fornecimento dos veículos requisitados, sem justa causa e sem prévia comunicação à contratante;
- b. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo gestor do contrato;
- c. a perda da autorização para comercialização do produto ou a observação de que este não atende mais às exigências de qualidade dos órgãos competentes.

§ 2º Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º A rescisão contratual poderá se efetivar, ainda, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

§ 4º No caso de rescisão por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO LOCAL DE ENTREGA

Os veículos deverão ser entregues na sede da Seção Judiciária de Rondônia, em dia de expediente das 09h às 17h, embarcado em caminhão tipo rampa e recebido por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO no seguinte endereço:

- a. **Prédio-sede da Seção Judiciária de Rondônia - SJRO:** Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902. Telefone: (69) 2181-5757, e-mail: sevit.ro@trfl.jus.br.

Parágrafo único. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do veículo, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação do veículo até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte e desembarque.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos ou avarias causadas às instalações da CONTRATANTE, ao mobiliário, máquinas, veículos ou quaisquer dos pertences, assim como a pessoas, ocorridos durante o fornecimento do produto, embora praticados involuntariamente por seus empregados.

§ 1º A CONTRATADA arcará com eventuais prejuízos de perdas e danos à CONTRATANTE, incluindo-se despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o CONTRATANTE for compelido a responder por força desta contratação, caso os serviços prestados, por força deste contrato, violem direitos de terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto na Lei n. 8.666/1993, no Decreto Federal n. 9.507/2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017; e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União – TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Parágrafo único. Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões ou dúvidas decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Porto Velho, na Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, e por estarem as partes certas, justas e contratadas, de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em ambiente virtual do Sistema Eletrônico de Informações, para uma única finalidade de direito, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado eletronicamente pelas partes contratantes, para que surta os efeitos legais.

ALINE FREITAS DA SILVA
Diretora da Secretaria Administrativa
Pela CONTRATANTE

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Função
Pela CONTRATADA

ANEXOS DO CONTRATO

ANEXO I – Termo de Referência SJRO-Sevit 16669120.

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Hiuna Raiane Ramos Rosa, Pregoeiro(a)**, em 05/10/2022, às 13:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **16670992** e o código CRC **B20703FD**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0004234-45.2021.4.01.8012

16670992v4